

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Aírto Herpich

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CURRÍCULO:
Um olhar a partir da escola**

Porto Alegre
Fevereiro de 2022

Aírto Herpich

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CURRÍCULO:
um olhar a partir da escola**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de licenciada em Ciências
da Natureza do Instituto de Geociências da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Claudia Luisa Zeferino Pires

Porto Alegre
Fevereiro de 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Herpich, Airto
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CURRÍCULO: Um olhar a
partir da escola / Airto Herpich. -- 2022.
38 f.
Orientadora: Claudia Luiza Zeferino Pires.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Licenciatura em Ciências da Natureza,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. As percepções históricas e atuais da sociedade
perante a inclusão.. 2. O diagnóstico e as estratégias
que podem ser usadas para a inclusão.. 3. As
possibilidades do ensino de ciências e inclusão.. 4. A
educação inclusiva e a educação especial.. 5. Análise
do PPP e da BNCC. I. Luiza Zeferino Pires, Claudia,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aírto Herpich

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CURRÍCULO:

um olhar a partir da escola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Ciências da Natureza do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Claudia Luisa Zeferino Pires

Porto Alegre, 2022

BANCA EXAMINADORA:

Claudia Luisa Zeferino Pires
UFRGS

Daniele Trajano Raupp
UFRGS

Simone Valdete dos Santos
UFRGS

RESUMO

Esta pesquisa analisa como se apresenta a educação inclusiva no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris, e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em cima destes documentos realizamos a análise de alguns pontos que tratam sobre educação inclusiva e educação especial. Utilizamos o método documental para analisarmos os dois documentos, relacionando-os com trechos de autores citados no referencial teórico. O referencial teórico foi dividido em quatro sub tópicos. No primeiro foi abordado sobre as percepções históricas e atuais da sociedade perante a inclusão, no segundo sub tópico refletimos sobre o diagnóstico e as estratégias que podem ser usadas para a inclusão, no terceiro abordamos sobre as possibilidades do ensino de ciências e inclusão, e no quarto sub tópico destacamos um pouco sobre às duas terminologias, a “educação inclusiva” e a “educação especial”. Nesta pesquisa, ressaltamos a importância do PPP como documento orientador da escola, outro aspecto que abordamos é sobre a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas voltadas para a educação inclusiva e educação especial, consideramos nessa abordagem as contribuições pela BNCC. Tivemos a percepção que embora tenha ocorrido muitos avanços em relação à inclusão / práticas inclusivas nas escolas, ainda há melhorias possíveis a serem feitas, principalmente se tratando da BNCC, buscando um melhor desenvolvimento para a formação integral dos alunos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Base Nacional Comum Curricular, Estratégias Pedagógicas.

ABSTRACT

This research analyzes how inclusive education is presented both on the Political-Pedagogical Project (PPP) from Paul Harris School and the National Common Curricular Base (BNCC). On these documents, an analysis was performed concerning topics related to inclusive education and special education. The documental method was used to analyze both documents, relating them to excerpts by authors quoted in the theoretical foundation. The theoretical foundation was divided in four subtopics. On the first one, current and historical perceptions from society on inclusion were approached. On the second subtopic, we reflected on the diagnostics and strategies that may be used in inclusion, on the third one, we approached the possibilities of teaching science and inclusion, and finally, on the fourth subtopic, two terminologies were highlighted: inclusive education and special education. In this research, the importance of the PPP as a guideline to the school is reinforced, and another aspect that was addressed is the necessity of strengthening pedagogical practices towards inclusive and special educations, we took into consideration the contributions brought by the BNCC. There was the perception that even though many advances regarding inclusion / inclusive practices inside schools have been made, there is still room for improvement, especially about the BNCC, reaching for a better development to the student's integral formation.

Keywords: Inclusive education, National Common Curricular Base, Pedagogical strategies

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 1.1 PROBLEMA | 8 |
| 1.2 OBJETIVOS | 9 |
| 1.4.1 Objetivo Geral | 9 |
| 1.4.2 Objetivos Específicos | 9 |
| 1.5 JUSTIFICATIVA | 9 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 12 |
| 2.1 PERCEPÇÕES HISTÓRICAS E ATUAIS DA SOCIEDADE PERANTE A INCLUSÃO..... | 12 |
| 2.2 DO DIAGNÓSTICO A ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS..... | 15 |
| 2.3 CIÊNCIAS E INCLUSÃO, HÁ POSSIBILIDADES? | 18 |
| 2.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL FRENTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA..... | 20 |
| 3 METODOLOGIA, ANÁLISE DE CONTEÚDO E DISCURSO | 23 |
| 4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CURRÍCULO NA ESCOLA PAUL HARRIS | 25 |
| 5 CONCLUSÃO | 32 |
| REFERÊNCIAS..... | 34 |

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é um dos grandes desafios da educação, logo tem que ser vista de forma a considerar as diferenças individuais, a diversidade e as suas implicações pedagógicas, valorizando a diversidade como um elemento natural e rico da humanidade. Posto isto, é necessário centrar o ensino no aluno, respeitando o seu desenvolvimento durante a aprendizagem, tendo como objetivo proporcionar com qualidade a sua formação como cidadão.

O motivo que me levou a escolher este tema foi o estágio que realizei na Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris, localizada na Vila Teresa, um bairro do município de São Leopoldo. A escola completou 53 anos em março de 2021 e tem cerca de 690 alunos matriculados (EMEF Paul Harris 2021), considerando as inscrições existentes na pré-escola, anos iniciais, anos finais e EJA.

A escola é muito procurada e solicitada para matrículas, sendo que boa parte das famílias que a constituem são de trabalhadores formais. Em relação aos alunos de inclusão, a escola é tida como destaque na cidade, contando com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no turno inverso. Segundo a professora responsável pelo estágio, as famílias dos alunos são participativas.

Diante dos eventos ainda persistentes no país, devido à pandemia da Covid-19, todas as atividades estão sendo pensadas e elaboradas considerando o acesso limitado dos alunos. Segundo a professora, o município liberou a ligação de uma rede *wi-fi* para os alunos das escolas municipais da cidade, porém sabemos que, mesmo assim, nem todos têm acesso a aparelhos eletrônicos e rede de *internet*.

Considerando a realidade da escola, a própria instituição organizou esse período remoto a partir de atividades que são enviadas e respondidas pelo *Google Classroom*¹, *Google Meet*² quinzenais para correções e explicações necessárias, podendo ser também esclarecidas dúvidas através do estabelecimento de uma comunicação direta com o professor, conseguida pelo aplicativo *whatsApp*.

Há no turno da manhã duas turmas do nono ano de escolaridade, sendo que a partir de uma conversa com a professora em consonância com a supervisão da

1 O *Google Classroom* é uma plataforma online, cujo objetivo é simular uma sala de aula, presencial, ela é usada por professores e alunos para se comunicar, tirar dúvidas e resolver atividades em conjunto.

2 O *Google Meet* é um meio de se fazer videoconferências, e durante o tempo de pandemia foi muito utilizado pelos professores para fazerem suas aulas.

escola, fiquei responsável pela correção e *meetings* da turma 91 (onde também houve adaptação curricular para um aluno de inclusão). Nas adaptações eram reduzidas as tarefas e os textos simplificados e para facilitar o entendimento do aluno. Para além da adaptação das atividades com o aluno de inclusão, realizei um acompanhamento individualizado com esse aluno que possui autismo grau 1³, e por conseguinte, apresentava um atraso significativo e dificuldades de desenvolvimentos de inúmeras atividades. Antes das nossas aulas com a turma, eu e esse aluno, fazíamos uma aula onde conversávamos sobre as atividades anteriores e, em conjunto, realizamos as questões que ele apresentava maiores dificuldades. Por outro lado, conversávamos sobre assuntos e coisas que ele gostava de fazer, questões pelas quais ele se fascinava. Foi a partir destes momentos que se originou um vínculo, uma ligação que permitiu ao aluno ver-me para além de um professor, ou seja, começou a perspectivar-me como uma pessoa amiga com quem se poderia expressar. Posso ainda dizer que esta aproximação constatou, sem dúvida, um meio facilitador na condução da aprendizagem deste aluno.

Figura 1: Escola Paul Haris



Fonte: Berlina News (2021).

Neste trabalho é abordado inicialmente as percepções históricas e atuais da sociedade perante a inclusão, este texto foi trazido situações que ocorriam na idade média, com pessoas que possuíam alguma deficiência e como era o olhar da

³O diagnóstico da neurodivergência define que ocorre comunicação, mas há dificuldades nas interações sociais.

sociedade antigamente perante essa problemática, e a sua visão atualmente, referente a este tema a autora principal foi a Cláudia Alaminos (2018).

O tema abordado no segundo tópico foi do diagnóstico das estratégias pedagógicas inclusivas, é falado sobre a importância de se fazer um diagnóstico, para facilitar na busca por soluções para o problema do aluno. Entretanto, além do diagnóstico, é necessário fazer a inclusão desse aluno, e para isso será necessário a utilização do Projeto Político Pedagógico que através dele serão buscadas estratégias pedagógicas para auxiliar na inclusão do aluno, as autoras principais deste tópico são a Rosimeiri Merotti Crippa, e a Valéria Oliveira Vasconcelos (2012).

Já no terceiro tópico é apresentado sobre as possibilidades de ciências e da inclusão, este tema foi tratado sobre metodologias usadas para inserção de conteúdos de ciências de forma inclusiva. Neste tópico foram expostas algumas estratégias usadas para o ensino de ciências, a autora principal deste tópico foi a Caroline Portilho Trentini (2020).

O quarto tópico será abordado sobre educação inclusiva e especial, será abordado o significado e a importância das duas formas de educação e as diferenças entre elas, os autores principais são Geisa Ariane Martins, Raquel da Silva e Ivanildo, Sachinski (2020).

1.1 PROBLEMA

Durante o ano de 2021 fiz meu estágio na Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris, uma escola referência no âmbito da inclusão, o que despertou meu interesse neste assunto e me fez refletir sobre alguns aspectos da educação inclusiva tanto em relação ao currículo quanto a BNCC, chegando à pergunta em destaque.

Como a educação inclusiva se faz presente na dimensão da Base Nacional Comum Curricular e no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris?

1.2 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar como se dá a presença da educação inclusiva na dimensão da Base Nacional Comum Curricular e no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris, do município de São Leopoldo.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os desafios da Educação inclusiva no cotidiano escolar;
- b) Analisar como a educação inclusiva está inserida no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris;
- c) Analisar como a educação inclusiva e especial é apresentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

1.5 JUSTIFICATIVA

Primeiro não se tinha um olhar sensível à inclusão, nos tempos da antiguidade “[...] a atitude principal da sociedade com relação ao deficiente era de intolerância e de punição, representada por ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos” (ARANHA, 1995 p. 3). Depois de um tempo, crianças e pessoas com alguma necessidade especial começaram a ter voz e vez na sociedade e educação, hoje podemos perceber o quanto que há uma sensibilidade para que todos os sujeitos, sejam os com necessidades especiais ou não se sintam incluídos.

A enorme acessibilidade das pessoas e a obrigatoriedade escolar a partir dos 4 anos e, como consequência, a grande diversidade do seu público são algumas das realidades que apelam, urgentemente, por uma visão diversificada no âmbito da inclusão nos contextos escolares. Segundo olhar de Christofari e Baptista (2012, p. 387):

Com o avanço da escolarização obrigatória em geral e ampliação do universo dos alunos em fase de escolarização, tem havido um deslocamento do olhar dirigido aos processos de seletividade dos sujeitos

de uma dimensão externa à escola para aquelas internas e constitutivas do ambiente escolar.

A necessidade de proporcionar o sucesso para todos os alunos da escola, torna-se num longo e difícil desafio diário. Para que a inclusão ocorra é necessário um olhar mais aprofundado e aproximado perante o aluno e as suas respectivas dificuldades de aprendizagem. São vários os profissionais da área da educação que se podem envolver nesta tarefa desafiante. Assim,

O trabalho docente na educação inclusiva envolve muitos profissionais, alguns especializados e outros não; alguns que são do ensino regular e oferecem atendimento educacional nas salas de aula, com ou sem a presença de outro professor, com ou sem o suporte de especialistas; outros que trabalham em escolas e classes especiais, específicas para determinados alunos, porque se especializaram naquela área de manifestação da deficiência. (CARVALHO, 2008, p. 26).

A inclusão escolar traz-nos questões mais amplas que se referem à educação de uma maneira geral, tais como: organização curricular, espaços e tempos escolares, como também estratégias pedagógicas.

Sanchez e Teodoro (2006, p. 1) acrescentam que “Para tornar a educação inclusiva uma realidade, para além de uma mudança de mentalidades, no que se refere ao acesso e ao sucesso da educação para todos, é necessário criar condições e recursos adequados a cada situação”. Tendo em conta esta linha de pensamento, é indispensável a cooperação de todos desde o planeamento até à realização das tarefas que permitam aos alunos de inclusão aprender e participar, pois, só a presença física do aluno não traduz a inclusão na escola, visto que é um espaço de apropriação e de construção de conhecimentos e do exercício de cidadania.

Portanto, esta pesquisa abordará alguns pontos importantes, como o diagnóstico e as estratégias pedagógicas diante as necessidades de inclusão e uma análise curricular perante a BNCC. Esta pesquisa agregará de forma significativa a minha experiência como futuro docente, pois ao longo do estágio vivenciei que a inclusão está presente no cotidiano escolar, remetendo a nós, docentes, auxiliar no objetivo de fazer com que esses alunos se sintam incluídos na sociedade e com que sintam que fazem parte desse meio que vivenciamos. Para além do mais, é preciso ter um aprofundamento neste e demais assuntos, possíveis de se absorver através de uma pesquisa continuada, um pilar de extrema importância para o meu segmento

como docente de Ciências da Natureza, pois vai auxiliar-me a refletir sobre pontos necessários em relação à inclusão e à ciência, que serão superados por estratégias pedagógicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo foi dividido em quatro tópicos que trataremos sobre a inclusão, no primeiro tópico 2.1 será abordado a visão inicial da inclusão e da sociedade atual. No segundo tópico 2.2 falaremos sobre o diagnóstico e estratégias pedagógicas que podem ser usadas para a inclusão. Já no terceiro tópico 2.3 destacaremos sobre a possibilidade de integração entre a disciplina de ciências e a inclusão, que estratégias se utiliza frente a essa problemática e para finalizar, no tópico 2.4 terá como assunto educação inclusiva e educação especial, onde será abordado o sentido e as diferenças de cada um.

2.1 PERCEPÇÕES HISTÓRICAS E ATUAIS DA SOCIEDADE PERANTE A INCLUSÃO

Por muito tempo, falar sobre pessoas deficientes foi um tabu, principalmente durante a idade média, sendo que existiram momentos em que os deficientes eram vistos como pessoas perigosas e indivíduos sem alma. Historicamente, na Roma Antiga (no século IV), as crianças que tinham alguma deficiência eram abandonadas e sacrificadas, pois na época eram vistas como seres amaldiçoados por alguma divindade, como diz Alaminos (2018, p. 4),

Em Roma, na antiguidade, os pais tinham consentimento para sacrificar crianças que nascessem deficientes, que eram tidas como amaldiçoadas pelos deuses. Caso não quisessem o sacrifício, os pais também poderiam deixar as crianças em locais em que famílias plebeias pudessem acolhê-las. Os que sobravam eram expostos como bobos da corte para divertir os nobres e seus convidados em eventos e festas. Esta prática durou até o século XVIII. Da mesma forma, em Esparta, os deficientes eram lançados de precipícios.

Segundo Romero e Souza (2008), com a chegada do Cristianismo a deficiência foi concedida a motivos divinos, a sociedade passou a acusar uma alma a todas as pessoas e a crer que todos mereciam ser tratados caridosamente, mesmo sendo deficientes.

No século XIX, as pessoas que tinham alguma deficiência eram excluídas do convívio da sociedade e vistas como anormais diante dos ditos normais. Neste sentido,

A história humana evidencia, desde a Antiguidade, a descrição de pessoas com alterações anormais por motivo genético. A essas pessoas era negado o convívio social; elas eram enclausuradas em suas próprias casas ou em outro lugar para tratamento, pelos familiares ou pelas autoridades. (SILVA NETO; *et al*, 2018, p. 83).

Após a idade média, algumas das ideias pré-concebidas sobre as pessoas que nasciam com alguma deficiência começaram a mudar, principalmente com o surgimento do cristianismo, como foi mencionado anteriormente. Porém, depois de algum tempo a concepção da sociedade da época voltou a perseguir pessoas com deficiência.

Infelizmente, apesar dos avanços do conceito de deficiências na Antiguidade, houve um retorno da concepção mítica e religiosa durante a Idade Média. Nesta época as deficiências eram predominantemente identificadas à possessão diabólica ou ao castigo divino, e o ser humano foi visto como a encarnação do mal quando não possuía razão ou inteligência. (ALAMINOS, 2018, p. 7).

Da Idade Média para a atualidade muita coisa mudou, diferentes direitos foram conquistados, podendo também destacar que a visão da sociedade que, antes era totalmente fria e exclusiva, a passos lentos constatou uma mudança. Logo, podemos dizer que o marco no Brasil verificou-se a partir da declaração de Salamanca no final do século XX, que foi elaborada com o objetivo de fornecer diretrizes fundamentais para a criação de reformas de políticas e sistemas educacionais perante o movimento de inclusão social. Reitero assim que “a partir da declaração de Salamanca (1994) o Brasil oficializou a discussão de ideias diferentes. Este documento traz uma visão nova da educação especial, pois possui uma outra concepção de criança” (ROMERO; ROSANA, 2008, p. 3097).

Durante anos, a sociedade sempre teve uma visão de que a pessoa com limitação, física ou mental, não poderia ser inserida em seu meio, mas a partir de discussões e lutas contra a exclusão, conquistaram-se novos direitos, principalmente no âmbito escolar. Entendemos com isso, que

É fundamental que toda a sociedade compreenda que a inclusão dos alunos com deficiência especial, é importante e agrega valores a todos os envolvidos. É a partir da inclusão escolar que se enfrenta e combate à exclusão dos portadores de necessidades especiais da vida em sociedade. (TRENTINI, 2020, p. 11).

Entretanto, podemos perceber qual é a importância da sociedade em valorizar e abrir espaço para a inclusão, aceitando e auxiliando na capacitação e na inserção total dessas pessoas na sociedade.

A sociedade inclusiva já começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência, ainda na década de oitenta. Em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, modificações pequenas e grandes vêm sendo feitas em setores como escolas, empresas, áreas de lazer, edifícios e espaços urbanos, para possibilitar a participação plena de pessoas deficientes, com igualdade de oportunidades junto à população geral. (SASSAKI, 1998, p. 8 *apud* SILVA NETO, *et al.*, 2018, p. 86).

Assim, a escola entra como uma das fontes primordiais para a inserção de sujeitos com deficiência na sociedade, mas para isso o ambiente educacional precisa de estar apto e reticente para com as diferenças. Desta forma, considera-se que “a diversidade escolar promovida pela inclusão promove o crescimento de todos os alunos, e desperta o caráter colaborativo, além de promover a convivência harmônica a partir da diferenciação” (TRENTINI, 2020, p. 11).

É importante refletir que a inclusão também depende de um contexto geral, pois não se faz inclusão sem que haja aceitação e capacitação da escola, dos docentes, isto é, da comunidade escolar na totalidade e, principalmente, de políticas públicas. Segundo Crippa e Vasconcelos (2012, p. 160):

A maior parte das escolas brasileiras, entretanto, são instituições que têm dificuldades para receber, aceitar e trabalhar com a diferença. Espera-se que o processo de inclusão, por sua parte, consolide-se como um novo contexto educacional, marcado pelo respeito à diversidade de raça, de gênero e orientações sexuais, de classes sociais, de capacidades intelectuais, de limitações físicas e as mais distintas características individuais. A possibilidade de inclusão escolar, portanto, depende de toda a sociedade e dos muitos interesses presentes na dinâmica social.

Entretanto, podemos perceber que, muitas vezes, no Brasil a inclusão é algo muito difícil de se alcançar, devido à escassez de inúmeros fatores, como os recursos financeiros, políticas públicas e, frequentemente, pela falta de capacitação destinada ao grupo docente para que este consiga dar o apoio necessário aos alunos. De acordo com Manchini (2014, p. 10), “a proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e os próprios sistemas educacionais”, para que assim seja alcançada a efetiva inclusão.

Portanto, também é necessário um olhar atento e uma disposição para com os sujeitos, buscando, de diferentes formas, implementar as mudanças necessárias para favorecer, qualificadamente, a inclusão de todos, partindo de estratégias pedagógicas direcionadas às singularidades dos alunos e reforçando os objetivos e direitos de aprendizagem, assim como será visto no tópico seguinte.

2.2 DO DIAGNÓSTICO A ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), garante que ter um laudo é um direito do estudante, assim a “oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência” (art. 15), assegurando, especificamente, o diagnóstico e o atendimento clínico.

Por mais que seja importante o diagnóstico, a sua inexistência não inviabiliza a inclusão de nenhuma criança, adolescente ou adulto, independente de qual seja a sua deficiência ou característica. É muito mais produtivo e importante procurar investir tempo e esforços do que esperar, interminavelmente, por esse diagnóstico. A primeira coisa que devemos ter em conta é o nosso conhecimento, isto é, devemos ter um conhecimento mais aprofundado sobre o aluno para que, posteriormente, sejamos capazes de reconhecer as suas características, sem nunca excluir os demais alunos do conteúdo abordado, que de acordo com Crippa e Vasconcelos (2012, p. 165),

A aceitação da pessoa com deficiência na escola, na sala de aula, deve partir da compreensão de suas possibilidades e limitações, reconhecendo os mesmos direitos que os outros alunos e oferecendo os serviços e as condições necessárias para que suas potencialidades possam ser desenvolvidas.

Atualmente nós temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC¹), que normatiza o ensino brasileiro e orienta todas as instituições públicas e privadas. A mesma foi aprovada em 2017 e entrou em vigor no ano de 2018 para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. É na BNCC que encontramos os importantes eixos sobre a educação especial, ou seja, estamos perante uma fonte que funciona como validação do PPP da escola. Portanto, para guiar a escola no desenvolvimento do aluno há um documento que é de extrema importância, o Projeto Político Pedagógico.

O projeto Político pedagógico (ou educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELOS, 2005, p. 169 *apud* CRIPPA; VASCONCELOS, 2012, p. 169).

¹ Esse documento será abordado especificamente no tópico de análise.

Este tem como objetivo organizar e alcançar mais qualidade ao ensino proposto pela escola, imprimindo sua identidade de forma democratizada. Assim podemos perceber que:

Todas as intenções da escola, reunidas no Projeto Político Pedagógico, conferem-lhe o caráter POLÍTICO, por que ele representa a escolha de prioridades em função das demandas sociais. O PPP ganha status PEDAGÓGICO ao organizar e sistematizar essas intenções em ações educativas alinhadas com as prioridades estabelecidas. (ROPOLI, 2010, p. 12).

O Projeto Político Pedagógico é produzido e executado de forma coletiva pela comunidade escolar, de acordo com Ropoli (2010, p. 12), podemos dizer que:

O caráter coletivo e a necessidade de participação de todos é inerente ao PPP, pois ele não se resume a um mero plano ou projeto burocrático, que cumpre as exigências da lei ou do sistema de ensino. Trata-se de um documento norteador das ações da escola que, ao mesmo tempo, oportuniza um exercício reflexivo do processo para tomada de decisões no seu âmbito.

Assim, percebemos a importância do Projeto Político pedagógico, pois, através do planejamento deste documento, é possível partirmos para a formulação de estratégias pedagógicas. O ponto inicial para planejar estratégias pedagógicas inclusivas deve ser, sempre, as singularidades do aluno, salientando-as como potencialidades, independente se há, ou não, um diagnóstico de deficiência. Se, por um lado, é esperado que a proposta curricular seja apenas uma para todo o grupo, por outro, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diferentes e baseadas nos interesses, habilidades e necessidades de cada estudante. Para que haja um desenvolvimento completo do aluno é necessário que a escola exerça a sua função enquanto ambiente institucional para que potencializem a inclusão do aluno em todos os diferentes setores da sociedade. De acordo com Trentini (2020, p. 10),

Já que a escola é um ambiente institucional que se evidencia por ser propício à transformação social, a partir da inclusão e de possibilidades educativas, e por promover a convivência com realidades e visões diferentes, oferecendo assim um crescimento pessoal de mudanças. Portanto a escola fornece ao aluno com necessidades especiais, a sua inserção na sociedade, favorecendo sua inclusão em diferentes campos, sejam sociais, educacionais e econômicos.

Desta forma, ao procurarmos aprofundar e demonstrar interesse no aluno que tenha alguma dificuldade de aprendizagem, seja esse um aluno especial ou não, acabamos por edificar um passo fundamental para uma melhor relação entre nós, professores, e o aluno, não deixando de salientar que o seu processo de

aprendizagem se torne mais eficaz. Porém, para que este processo seja um verdadeiro estímulo para o aluno, é necessário que o professor esteja disposto a:

Desenvolver a criatividade buscando possibilidades e caminhos que estimulem a curiosidade e o interesse dos alunos, trabalhando com uma variedade de ferramentas e materiais, atividades, brinquedos, jogos, organização diferente do espaço e da rotina de sala de aula, auxiliando na ampliação do desenvolvimento da aprendizagem. (MONTAN; GONÇALVES; MERCADANTE, 2018, p. 25-26 *apud* TRENTINI, 2020, p. 18).

Como é possível de se observar, a busca pela capacitação por parte dos docentes é um processo de extrema importância, visto que a sua prática será refletida, diretamente, no conhecimento do aluno, ou seja, a procura de procedimentos diversificados são uma mais-valia para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Segundo as autoras, Jesus e Effgen (2012, p. 20),

Para a garantia da aprendizagem de todos os alunos, precisamos assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos percursos de aprendizagem de cada estudante. Tal situação é um desafio, pois demanda professores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula.

Com isto conseguimos entender qual é a importância atribuída ao currículo, porém não posso deixar de evidenciar uma outra linha de pensamento, mais concretamente, de Manchine (2014, p. 16), revelando que:

[...] pode-se considerar como procedimento pedagógico todas as ações que o professor utiliza como meio para favorecer o processo de aprendizagem de seus alunos em relação ao conteúdo academicamente determinado. Compreende-se que a forma como o professor apresenta o conteúdo é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem, por isso é fundamental que os professores tenham conhecimentos sobre procedimentos pedagógicos, a fim de que estimulem e orientem seus alunos, além de promover atividades que possibilitem aprendizagens efetivas.

Segundo Trentini (2020), as acessibilidades físicas e materiais didáticos apropriados não são o suficiente, caso não possuam um aspecto pedagógico ou uma organização que garanta a inclusão do aluno no ambiente escolar.

Em suma, para além de ser urgente garantir a inclusão do aluno no ambiente escolar e social, é igualmente necessário garantir a inserção do aluno no conteúdo escolar. Por outras palavras, é preciso que o aluno tenha o total entendimento dos conteúdos, podendo existir matérias que exijam um pouco mais do discente,

servindo de exemplo os conteúdos que constituem a disciplina de ciências. Posto isto, será que existe a possibilidade de inclusão perante esta disciplina e os seus respectivos conteúdos, abordaremos sobre ciências e a inclusão no próximo tópico.

2.3 CIÊNCIAS E INCLUSÃO, HÁ POSSIBILIDADES?

A educação inclusiva por si só já é um grande desafio, entretanto os alunos de inclusão e alunos em geral acabam por ter que enfrentar conteúdos que, em determinados momentos, podem constatar dificuldades de compreensão, como se verifica na disciplina de ciências. Digamos que esta complexidade vai exigir, tanto dos docentes quanto dos discentes, um trabalho colaborativo para superar este mesmo desafio. Segundo as autoras, Silva e Gaia (2013, p. 11),

No Ensino de Ciências o cuidado deve ser enorme, pois muitos temas são de difícil compreensão e isso cobra do professor um cuidado maior. Alguns assuntos tratados em Ciências exigem um olhar crítico, alguns conteúdos necessitam ser vivenciados na prática, outros necessitam de um olhar microscópico, ou seja, muitas atividades dentro de sala de aula de Ciências são complexas se forem tratadas somente na teoria.

Portanto, surge a necessidade de o professor em questão, junto com o corpo docente, ser altamente criativo para buscar novas metodologias que sejam eficazes no alcance de uma aprendizagem inclusiva, no âmbito das ciências.

Alguns trabalhos já vêm sendo realizados por profissionais visando implementar e aplicar novas metodologias que sejam efetivas na aprendizagem e na inclusão do aluno com necessidades especiais, principalmente na área da ciência, onde muitos alunos demonstram dificuldades, assim como os professores também encontram barreiras para transmitir o conteúdo de maneira que facilite a compreensão e aprendizado dos alunos sejam eles com necessidades especiais ou não. (TRENTINI, 2020, p. 10).

Mas, para que isto se concretize, é necessário que o professor esteja disposto a reinventar-se para conseguir adaptar-se às circunstâncias, não esquecendo que esta flexibilidade é também potenciada através de uma pesquisa constante e diversificada sobre as estratégias e metodologias existentes na área do ensino das ciências, sem que este se torne exclusivo para os alunos sem necessidades especiais, mas capaz de se destinar a todos os alunos, sem que haja uma diferenciação dos sujeitos em conformidade com as suas necessidades e/ou dificuldades.

Além disso, não se faz educação inclusiva sem professores conhecedores de sua área de formação. Contudo, uma formação pedagógica e também uma formação específica, continuada, são imprescindíveis para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Fazer a educação inclusiva em sala de aula é perceber que cada estudante, com ou sem deficiência, aprende de maneira diferente, e como tal precisa de ferramentas e métodos diferenciados. (TRENTINI, 2020, p. 31).

Referente a esta situação verifica-se a necessidade de novas metodologias para uma aprendizagem direcionada para a inclusão e o conteúdo de ciências. Uma das alternativas que nos permitem concretizar esta ideologia é através de planejamentos lúdicos:

O uso de jogos contribui para que os conteúdos ganhem significado, como consequência natural da atividade desenvolvida pelo aluno e, o mais importante, cria situações pedagógicas que lhe permite visualizar os princípios fundamentais das operações, dos conteúdos escolares. Todo jogo apresenta uma situação problema que deve ser resolvida para chegar a um objetivo. Ele possibilita redimensionar a questão do erro, estimulando a exploração e a solução de problemas: levantar hipóteses, testá-las, poder voltar atrás e refazer a trajetória, o que não é possível quando se pauta apenas em raciocínios simbólicos e formais; neste momento, provoca o desenvolvimento cognitivo e futuras aprendizagens. (JULIANI; PAINI, 2008, p. 12-13).

Podemos perceber, efetivamente, que a junção de jogos com a aprendizagem poderá acarretar respostas muito positivas para o desenvolvimento dos alunos e para esta disciplina.

Além disso, a utilização de horta escolar se torna um momento muito importante que também auxilia na inclusão do aluno além das feiras de ciências, e saídas de campo, ações nas quais envolvem o aluno na observação, e na experimentação de situações diferentes que também auxiliam no aspecto inclusivo.

Outra metodologia que o docente poderia recorrer seria associar os conteúdos da disciplina de ciências com o contexto social em que o aluno está inserido pois, torna a compreensão do assunto mais compreensível. Nesse sentido nós podemos perceber que:

Portanto o professor de ciências deve considerar a diversidade socioculturais em que os alunos estão inseridos e quando se tratar da relação ensino e ciências e a diversidade, deve pensar em um ensino que seja flexível e que sempre se adapte às necessidades dos alunos. (MACHADO, 2011, *apud* TRENTINI, 2020, p. 18).

A busca por um ensino adaptado e centralizado nas carências e realidades do aluno com necessidades especiais é um enorme desafio que só será superado com

auxílio do aluno e do corpo docente. Entretanto é válido ressaltar a importância do ensino de ciências para o futuro de todos os alunos, sem exceção:

Vale salientar que o ensino de ciências tem capacidade de desenvolver competências, contribuindo com a formação de um cidadão capaz de elaborar pensamentos críticos, de modo a poder decidir por si mesmo, ter o pensamento autônomo, se questionar frente às diferentes circunstâncias da vida, portanto, aprender ciências, logo, independe do fato de este educando apresentar necessidades educacionais especiais ou não (PEREIRA et al., 2015, *apud* TRENTINI, 2020, p. 21).

Muitas vezes, podemos acabar por confundir ou criar falsas associações relativamente aos termos ligados à educação inclusiva e à educação especial. Dada esta possibilidade de cairmos em erro, o próximo tópico destina-se a aludir à compreensão desta diferenciação.

2.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL FRENTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os dois termos acima referidos, são muitas vezes confundidos, mas na verdade, apresentam significados diferentes. Vejamos, a educação especial emergiu no Brasil entre a década de 1960 a 1970, acarretando um conjunto de definições:

[...] Modalidade de educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 39).

E para compreender um pouco mais sobre a educação especial podemos observar o que fala sobre essa temática, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2017, p. 39) sendo a base da BNCC: Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Em contrapartida, podemos dizer que a educação inclusiva engloba toda categoria de diversidade social, podendo englobar, ou não, indivíduos com necessidades especiais. Esta tipologia tem como fator primordial a promoção da inclusão de todos os alunos: “A inclusão é um fator importante para a transformação

social da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais, assim como de toda a comunidade que está inserido” (TRENTINI, 2020, p. 35). Posto isto, podemos refletir sobre a importância da sensação do sentimento de pertença que todos devem sentir no espaço escolar.

Martins, Silva e Sachinski (2020), defendem que quando há uma alusão à educação especial, o espaço escolar converte-se num espaço de amparo conveniente e adequado ao aluno. Contrariamente, a educação inclusiva, é, caracteristicamente, uma modalidade e um procedimento metodológico que se conecta com a Educação Básica.

A partir desta breve análise, é possível de perspectivar que a educação inclusiva e a educação especial são grupos díspares, logo cada um tem o seu significado e respectiva importância para a sociedade e o ambiente escolar. De acordo com Martins, Silva e Sachinski (2020, p. 14),

Há uma certa dicotomia no que tange à educação especial e educação inclusiva, a primeira é aplicada e atribui suas funções fora do contexto educacional, a mesma é ministrada em período contrário em que o aluno possivelmente estará estudando ou ainda em escola e classes especiais, em contraposição à escola inclusiva, a qual está aliada ao sistema de ensino regular. Para tanto, foi necessário gerar modificações atitudinais, estruturais e curriculares, com o intuito de atender a grande demanda de alunos independente de suas características, especificamente nas redes de ensino comum.

Para que a escola seja inclusiva, contemplando a essência dos dois termos, educação especial e educação inclusiva, é necessário que se aceite as diferenças, fazendo com que por meio das heterogeneidades se busque meios de ensino-aprendizagem que permitam com que todos os alunos se sintam compreendidos num dado contexto independentemente das suas dessemelhanças. Assim, Ropoli *et al* (2010, p. 9) idealizam que,

A escola se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Considerando estas reflexões, podemos destacar aquele que é o valor da Educação Inclusiva e Especial dentro das escolas, pois potencializam a equidade tanto no ambiente social como no escolar. Reiteramos sobre o quanto é significativo

o olhar atento e sensível dos docentes e da equipe diretiva para a Educação Inclusiva e/ou Especial de toda a comunidade escolar. Logo, é imprescindível destacar também que os sujeitos que compreendem alguma deficiência ou algum laudo carecem de uma proposta flexibilizada, dependendo da situação dos currículos adaptados, para que possam progredir no seu processo de aprendizagem e sentirem que fazem parte de um todo.

3 METODOLOGIA, ANÁLISE DE CONTEÚDO E DISCURSO

A pesquisa consiste em buscar e responder nossas perguntas, isto é, investigar profundamente um conjunto de dados a partir de um tema de origem. Assim, a pesquisa apresentada neste Trabalho de Conclusão de Curso, é qualitativa, focada principalmente na pesquisa documental.

Para tanto será utilizada a análise de conteúdo onde a partir de três pontos apontados por Bardin, resumem como foi elaborado esta pesquisa: 1. A pré - análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (2009, p. 121).

Diante do grande desafio da inclusão nas escolas, é imprescindível a utilização e a presença de documentos que servirão como pilares norteadores para a compreensão daquilo que é a educação inclusiva, pois como se trata de um tema que, dia após dia, está cada vez mais presente nas instituições de ensino, contando com muitas adversidades no cotidiano educacional e para lidar com esse desafio, é indispensável a presença do Projeto Político Pedagógico e a BNCC.

Tendo em conta a temática em questão será realizada uma análise, procurando identificar os pontos e perspectivas que o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris apresenta e também buscamos caracterizar como a proposta pedagógica da educação inclusiva está presente na BNCC.

Para esta pesquisa, frente ao contexto pandêmico pela COVID 19, que estamos vivendo optou-se por analisar os documentos oficiais da Escola (no caso o Projeto Político Pedagógico) e a Base Nacional Comum Curricular para compreender as orientações pedagógicas voltadas para educação inclusiva e especial, propomos o quadro a seguir como ilustração dos tópicos de análise:

Quadro 1: ilustração dos tópicos de análise

| Documentos principais a serem analisados | Objetivo da análise | Como será analisado |
|--|---------------------|---------------------|
|--|---------------------|---------------------|

| | | |
|---------------------------------------|---|---|
| <p>Projeto Político Pedagógico</p> | <p>-Identificar e analisar como a educação inclusiva está sendo proposta;</p> <p>-Relacionar com autores do referencial teórico.</p> | <p>1º -seleção de trechos do Documento Orientador do município de São Leopoldo; 2º seleção de trechos do documento da escola (PPP) que abordam sobre a educação inclusiva; 3º Identificação e análise da educação inclusiva relacionando os dois documentos (DCO e PPP) com contribuições dos autores trazidos no subtópico 2.2 do referencial teórico.</p> |
| <p>Base Nacional Comum Curricular</p> | <p>-Identificar e analisar como a educação inclusiva e especial está sendo proposta;</p> <p>-Relacionar com autores do referencial teórico.</p> | <p>1º Seleção de trechos da BNCC que abordam sobre a educação inclusiva e especial; 2º Identificação e análise da educação inclusiva e especial, relacionando com as contribuições dos autores trazidos nos subtópicos 2.1 e 2.4 do referencial teórico.</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tenho em mãos o documento de anuência assinado pelo diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CURRÍCULO NA ESCOLA PAUL HARRIS

Para potencializar nossa reflexão decidimos separar nossa análise em duas etapas, na primeira está sendo apresentado trechos retirados do PPP da EMEF Paul Harris, que estão direcionados a educação inclusiva e serão relacionados com algumas citações de autores do referencial teórico.

Na segunda etapa identificaremos trechos da BNCC que falam sobre educação inclusiva e educação especial, estes também serão relacionados com citações de autores do referencial teórico.

Ressaltamos também, que há dois termos importantes que serão tratados no decorrer da análise, o primeiro é a educação inclusiva, que diz respeito à inserção de todos, e o segundo, a educação especial, (ou inclusão), que contempla os discentes com alguma deficiência física ou cognitiva.

ETAPA 1- EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PPP

Antes de aprofundarmos alguns trechos do Projeto Político Pedagógico da escola, buscamos rapidamente analisar como está apresentada a educação inclusiva no Documento Orientador do Currículo do Território de São Leopoldo/RS. O documento propõe através da transversalidade educacional um olhar para a educação inclusiva e outros pontos que abrangem a equidade e igualdade, considerando a relevância desses conceitos transpassarem todos os componentes curriculares. Assim,

A rede municipal de ensino de São Leopoldo, elege como fundamental e prioritariamente a discussão e os debates, na perspectiva da educação em direitos humanos: as Relações de Gênero e Sexualidade, as Relações Étnicas Raciais e a Educação Inclusiva (DCO, 2021, p. 61).

Destacamos também que o Documento Orientador nos faz pensar nas propostas de educação especial, ressaltamos um trecho que está no tópico Educação especial na perspectiva inclusiva:

A perspectiva inclusiva aposta na garantia de uma educação de qualidade, que reconhece as diferenças e valoriza a diversidade, considerando a aprendizagem do estudante a partir de suas experiências. A organização curricular passa a ser um instrumento primordial, assumindo que todos/ as os/as estudantes possam aprender e que esse processo se efetive nas relações deles/as com seus grupos sociais. Mais do que defender um currículo diferenciado ou adaptado para alguns/mas estudantes, entende-se

que uma educação para todos pressupõe a prática de currículos flexíveis, comprometidos com o atendimento às necessidades daqueles que apresentam deficiência ou não. (DCO, 2021, p. 52).

Portanto, para as escolas da rede municipal da cidade de São Leopoldo a perspectiva inclusiva é um direito garantido, principalmente aos discentes que apresentam alguma necessidade especial. Destacamos o quanto os Projetos Políticos Pedagógicos precisam estar de acordo com esse documento, para que potencializem o desenvolvimento de práticas que atendam às necessidades dos alunos que apresentam alguma deficiência ou não, alcançando então um melhor ensino e aprendizagem do sujeito.

A partir do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris, vamos elucidar como se faz presente a educação inclusiva, que busca potencializar a participação de todos os discentes da escola. Buscamos selecionar trechos do Projeto Político Pedagógico da escola Paul Harris e a partir deles refletiremos sobre a Educação Inclusiva e o quanto ela se faz importante para a inserção do aluno no campo educacional e na sociedade. No Projeto Político Pedagógico da EMEF Paul Harris encontramos um destaque sobre como deve ser a proposta da educação inclusiva:

Por ser uma construção coletiva, ela requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda a comunidade escolar e encaminhamentos necessários ao atendimento das necessidades específicas e educacionais de todos os discentes.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da EMEF Paul Harris (2019, p. 92).

Este trecho do PPP potencializa que para haver a educação inclusiva é importante que haja um trabalho coletivo e mobilização da comunidade escolar, em que todos os sujeitos do campo educacional possam contribuir e pensar sobre os atendimentos necessários para suprir lacunas de aprendizagem dos alunos, resultando para que todos se sintam incluídos no espaço escolar. Em convergência com esse trecho do PPP, a autora Ropoli (2010), traz que a participação e a coletividade de todos os sujeitos inseridos na comunidade escolar são de extrema importância, pois a partir de um pensamento de todos os envolvidos nessa construção, devem ser tomadas decisões neste meio.

A importância da coletividade nessa produção de uma educação inclusiva, visa o Projeto Político Pedagógico, se resume em uma construção democrática visando a todos e tendo como objetivo um ensino que considere as particularidades de cada aluno e o contexto que esse aluno está inserido.

Através do projeto Político pedagógico da EMEF. Paul Harris, podemos perceber que se mesmo com ações coletivas a educação inclusiva não seja suficiente para que o aluno se sinta inserido e principalmente consiga desenvolver-se, pode haver outras possibilidades para propiciar o ensino e aprendizagem desses discentes, como podemos perceber no trecho destacado:

Quando, apesar da ajuda que lhes é oferecida, o aluno não consegue participar e progredir, prevê-se como estratégia de ajuste ao nível da resposta educacional do aluno as flexibilizações curriculares, as quais deverão ser planejadas no contexto do conteúdo curricular também trabalhado com os outros alunos.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da EMEF Paul Harris (2019, p. 92).

Destacamos assim, que a partir do momento que o aluno não consiga ter um desenvolvimento esperado, por algumas dificuldades, se utiliza como estratégia a flexibilização do currículo, que propõe um planejamento diferenciado, utilizando o mesmo conteúdo que os demais alunos. A partir deste ponto as autoras Jesus e Effgen (2020), nos diz que para assegurar que os alunos aprendam, se faz necessário garantir a aproximação dos mesmos com o currículo escolar, por meio da utilização de diferentes práticas pedagógicas que atendam e potencializem o caminho de aprendizagem de cada aluno.

Assim, esse desafio de incluir todos e dar conta do ensino e aprendizagem dos alunos, exige dos professores conhecimentos teóricos e práticos. Além disso, as autoras ressaltam a importância da busca por um planejamento de forma coletiva e colaborativa entre os docentes, para que todos possam utilizar estratégias e métodos de ensino que possibilitem um acompanhamento do desenvolvimento de cada aluno em sala de aula, considerando o seu contexto (JESUS; EFFGEN, 2020). Podemos identificar também que o PPP da escola propõe a flexibilização do currículo de acordo com o contexto que é trabalho com os demais alunos como meio de suprir a falta de progresso dos mesmos. Nesse segmento, ambas contribuições

do PPP e das autoras mostram que mesmo flexibilizando o currículo deve se manter o mesmo contexto que os demais alunos para que não haver a exclusão de alunos que tenham o currículo flexibilizado.

Em consonância, destacamos o trecho abaixo que também pode ser encontrado no PPP, da EMEF. Paul Harris:

As adaptações curriculares individualizadas - ACI (Resolução CNE/CEB Nº 2/2001 e Resolução CME/CEINC Nº 11/2011, cap. IV Art. 15 Inciso II) constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos e tem como objetivo subsidiar a ação dos professores. Constituem num conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios, procedimentos de avaliação, atividades, metodologias para atender as diferenças dos alunos.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da EMEF Paul Harris (2019, p. 92).

Com isso, percebemos que as adaptações curriculares individualizadas buscam atender as dificuldades que os alunos têm para aprender, auxiliando as ações dos professores. Por meio de modificações que podem ser realizadas nos objetivos, conteúdos, critérios, procedimentos de avaliação e metodologia, atendam as demandas educacionais a partir das diferenças dos alunos.

Segundo a autora, Manchine (2014) todas as ações que o professor realiza para facilitar o processo de aprendizagem dos seus discentes e estão relacionadas ao conteúdo são considerados um procedimento pedagógico. Entendemos a partir das contribuições da autora que a maneira que o conteúdo é apresentado pelo professor é extremamente importante para o processo de ensino e aprendizagem, considerando a importância de o professor ter métodos pedagógicos, destinados a estimular e orientar os alunos, possibilitando atividades que proporcionem aprendizagem que estimulem o afeto (MANCHINE, 2014).

Portanto, podemos perceber que os pontos trazidos do PPP, coincidem com o que a autora reflete, principalmente em relação a proporcionar adaptações no currículo para um maior alcance na minimização das dificuldades de aprendizagem dos discentes. Atendendo assim, as dificuldades, a partir de metodologias que demonstrem meios para auxiliar diretamente em um melhor desenvolvimento do aluno.

ETAPA 2 - Educação Especial em uma perspectiva inclusiva

Nesta segunda etapa de análise buscamos selecionar trechos da Base Nacional Comum Curricular que abordam sobre a educação inclusiva e também a educação especial. Potencializamos a partir do trecho a seguir uma perspectiva de igualdade e equidade, em que se desenvolva currículos que visem atitudes de respeito e consideração frente as diferenças individuais, referentes a diversidade étnico-cultural e também a inclusão de alunos da educação especial, alcançando a superação das desigualdades.

[...] a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza [...] as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

FONTE: BNCC (BRASIL, 2017, p. 15).

Percebemos alguns aspectos relacionados à educação como um direito de todos, pensando sobre a relevância dos sujeitos se sentirem incluídos e pertencentes do processo de ensino e aprendizagem. Destacamos que o trecho acima contempla a vasta importância de um olhar sensível e atento para as práticas pedagógicas e para os discentes, visando a igualdade no ingresso, permanência na escola, e o direito de aprender apesar das singularidades de cada indivíduo.

Assim, percebemos que desde os anos iniciais e por todo ensino fundamental, devem ser abordadas vivências e experiências pedagógicas que dialoguem com as diversas realidades apresentadas pelos alunos. Como contribui a autora Trentini (2020) a diversidade escolar promovida pela inclusão oportuniza o crescimento de todos os alunos e desperta o caráter colaborativo, promovendo o combate à exclusão e a convivência harmônica da sociedade na totalidade.

Após as contribuições trazidas acima enalteçemos que, tanto a BNCC quanto a autora Trentini (2020) destacam que as práticas desenvolvidas pelos docentes estimulam as crianças e adolescentes a desenvolverem um respeito pelas

diferenças dentro e fora do campo educacional, promovendo uma boa convivência frente a questão étnico cultural quanto na inclusão de alunos da educação especial.

Além disso, a BNCC como um documento norteador para o ensino da educação básica fortalece ainda mais um ponto sobre a educação inclusiva e a visão para com os alunos com alguma deficiência, como nos propõe o trecho a seguir:

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

FONTE: BNCC (BRASIL, 2017, p. 15-16).

A partir do que contribui a BNCC, podemos perceber a importância do compromisso do professor diante da diversidade no campo educacional. Destacamos também, que se deve ter foco e comprometimento no planejamento de práticas pedagógicas, alinhando-as para alcançar a equidade diante da diversidade social e educacional apresentada, considerando as demandas pedagógicas dos alunos com deficiência. Entretanto, a autora Ropoli *et al* (2010), traz que para a escola ser inclusiva é necessário reconhecer as diferenças dos alunos diante do processo educativo, e assim, alcançar efetiva participação e desenvolvimento dos discentes, através das novas práticas pedagógicas que os contemplem. Destacamos com isso, o quanto a diversidade precisa ser considerada no âmbito escolar e social, através da prática de respeito à igualdade e busca por equidade, assim realçamos novamente a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferentes propostas curriculares, quando necessário.

Portanto, percebemos uma aproximação do trecho da BNCC com as contribuições trazidas pela autora Ropoli *et al* (2010), em que ambos propõem que para a escola ser inclusiva é necessário o reconhecimento das diferenças e também a produção e utilização de práticas pedagógicas inclusivas, no viés de propor a

igualdade e equidade no direito ao ensino e aprendizagem e em todo contexto escolar.

5 CONCLUSÃO

A Partir deste trabalho, tivemos a percepção de que muita coisa mudou se tratando de educação inclusiva no Brasil, muitos desafios foram e ainda são superados diariamente no âmbito escolar. Como percebemos no referencial teórico, a inclusão nas escolas requer práticas pedagógicas que façam com que o aluno se sinta parte daquele contexto em que está inserido, para que ele possa ter o mesmo aprendizado que os demais, mas para superar esses desafios salientamos que se necessita cada vez mais de um olhar focado para a educação inclusiva, considerando a inclusão de todos os discentes.

Podemos destacar a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) para o desenvolvimento do aluno que apresenta dificuldades, servindo como guia para a construção de conhecimento sem segregá-lo com algumas diferenças ou dificuldades especiais.

Através da análise do PPP da EMEF Paul Harris podemos perceber como se faz presente a educação inclusiva neste documento. Destacamos que a presença da educação inclusiva no documento busca potencializar a participação de todos os discentes da escola, alcançando uma construção democrática que resulte em aprendizagem. Ressaltamos a importância da coletividade nessa produção de educação inclusiva, utilizando também de flexibilidades no currículo para melhor atender as singularidades dos alunos. Sendo assim, podemos concluir a partir do que abordamos na análise do PPP da EMEF Paul Harris o quanto presente está a educação inclusiva dentro do documento pedagógico da escola e possivelmente no ambiente escolar.

Destacamos a partir da análise, que sentimos falta de um olhar mais profundo da BNCC perante a temática da educação inclusiva e educação especial, por falta de subsídios em relação a BNCC não foi possível fazer um aprofundamento maior em relação à educação inclusiva e educação especial.

Ainda em relação a BNCC, podemos perceber uma falta de olhar perante a inclusão dentro do âmbito das ciências, assim fazendo com que faltassem subsídios para que fosse analisado este tema no presente trabalho de conclusão de curso.

Para pesquisas futuras destacamos a importância de um trabalho voltado para a educação inclusiva nas ciências:

Vale salientar que o ensino de ciências tem capacidade de desenvolver competências, contribuindo com a formação de um cidadão capaz de elaborar pensamentos críticos, de modo a poder decidir por si mesmo, ter o pensamento autônomo, se questionar frente às diferentes circunstâncias da vida, portanto, aprender ciências, logo independe do fato de este educando apresentar necessidades educacionais especiais ou não. (PEREIRA *et al.*, 2015 *apud* TRENTINI, 2020, p. 21).

Assim podemos perceber o quão significativo é para o desenvolvimento do discente o ensino das ciências com um viés inclusivo. Portanto, afirmamos a relevância de termos mais descritos em documentos, reflexões e perspectivas para a educação inclusiva, possibilitando que haja uma melhor inclusão de todos os sujeitos na sociedade, seja os que possuem alguma necessidade especial ou não.

REFERÊNCIAS

ALAMINOS, Claudia. **Fundamentos Da Educação Especial**: Aspectos Históricos, Legais e Filosóficos Revisão, Indaial: UNIASSELVI, 2018. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=29978>. Acessado em: 13 jan. 2022.

ALUNA DA ESCOLA MUNICIPAL PAUL HARRIS TEM PESQUISA APROVADA NA FEBRACE. Berlinda News (2021, 7 de fevereiro). Disponível em: <https://berlinda.com.br/2021/02/07/aluna-da-escola-municipal-paul-harris-tem-pesquisa-aprovada-na-febrace/>. Acessado em: 19 dez. 2021.

ARANHA, M.S.F. Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. **Temas em Psicologia**, número 2, 1995, pp. 6370. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal. Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC; SEESP, 2001. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Lei n 13. 146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.%20%C2%BA%20%C3%89%20institu%C3%ADa,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acessado em 7 jan. 2022.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1123>. Acessado em: 7 jan. 2022.

CRIPPA, Rosimeiri Merotti. VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. **Educação Inclusiva**: Uma Reflexão Geral. Cadernos da FUCAMP. 2012. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/208>. Acessado em: 5 jan. 2022.

CRISTOFARI, Ana Carolina, BAPTISTA, Claudio Roberto. **Avaliação da aprendizagem**: práticas e alternativas para a inclusão escolar. 2012, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>, acessado em: 17 dez. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>, acessado em: 3 de janeiro de 2022.

Documento Orientador da cidade de São Leopoldo. Disponível em:

<http://conselhomunicipaleducacaosl.blogspot.com/2021/04/documento-orientador-do-curriculo-do.html>. Acessado em: 25 jan. 2022.

Escola Municipal Paul Harris. Projeto Político Pedagógico. 2019. (Texto digitado).

JESUS, Denise Meyrelles de; EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Formação docente e práticas pedagógicas. *In*: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. pp.17-24.

JULIANI, Adélia de Lourdes Matera. PAINI, Leonor Dias. **A Importância da ludicidade na prática pedagógica**: em foco o atendimento às diferenças. Maringá - Paraná 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7061880-A-importancia-da-ludicidade-na-pratica-pedagogica-em-foco-o-atendimento-as-diferencas.html>. Acessado em: 7 jan. 2022.

LDB. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf. Acessado em: 17 dez. 2021.

MANCHINI, Francislayne. **Procedimentos Pedagógicos para Favorecer a Inclusão de Alunos com Deficiência Intelectual no Ensino Regular**: Um Estudo Bibliográfico. Londrina, 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/20561145-Procedimentos-pedagogicos-para-favorecer-a-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-no-ensino-regular.html>. Acessado em: 20 dez. 2021.

MARTINS Geisa Ariane. SILVA, Raquel da. SACHINSKI, Ivanildo, Educação Especial e Educação Inclusiva: Quem são estes sujeitos na sociedade? **8º Simpósio de Pesquisa e 14º Seminário de Iniciação Científica**. 2020. Disponível em: <https://sppaic.fae.edu/sppaic/article/view/104>. Acessado em: 13 dez. 2021.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação Inclusiva: Educação Inclusiva Alguns Marcos Históricos que Produziram a Educação Atual. 2008. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/447_408.pdf. Acessado em: 10 jan. 2022.

ROPOLI, Edilene Aparecida. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: A Escola Comum Inclusiva. Ministério da Educação, Brasília 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213>. Acessado em: 14 jan. 2022.

SANCHES Isabel, TEODORO António, Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos, **Revista Lusófona de Educação**, 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>, acessado em: 20 dez. 2021.

SILVA, Clarice Ferreira e. GAIA, Marília Carla de Mello. **Educação Inclusiva e o Ensino de Ciências**. 2013. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7cY9RXrRYWoJ:https://www.metodista.br/revistas/revistas>

[izabela/index.php/aic/article/download/402/364+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7cY9RXrRYWoJ:https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/aic/article/download/402/364+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br).

Acessado em 8 jan. 2022.

SILVA NETO, A de O. ÁVILA, É. G. SALES, T. R. R. AMORIM, S. S. NUNES, A. K. SANTOS, V. M. (2018). Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, 31 (60), 81-92. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>. Acessado em: 10 jan. 2022.

TRENTINI, Caroline Portilho. **O Ensino de Ciências na Educação Inclusiva:**

Atuação dos Professores e Metodologias Desenvolvidas. UTFPR (Polo UAB), 2020.

42 f. Monografia (Especialista na Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020. Disponível em:

<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/26865/1/ensinocienciaseducacaoinclusiva.pdf>. Acessado em: 14 jan. 2022.

VASCONCELLOS, Celso Santos do. **Planejamento:** Projeto de Ensino-

Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad Editora, 2005.

Disponível em:

https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/vasconcellos_planejamento2.pdf. Acessado em: 12 jan. 2022.